

Prefácio ao livro *Memórias de Paschoal Lemme*, Brasília, INEP, 1933, p. 9-16.

O PROFESSOR E O SEU SÉCULO

Paschoal Lemme, mais que qualquer outro profissional da área da educação no Brasil, merece ser apontado como o nosso educador do século XX. Recebendo a bênção de uma longa vida, ele poderia não ter tido a coragem de enfrentar ou até mesmo de perceber os problemas e desafios colocados pelo século que atravessou. Poderia, também, ter respondido a eles fechando-se em posições políticas e ideológicas que o protegessem das dúvidas ou lhe dessem o conforto do convívio com correligionários fervorosos. Ou, ainda, ter privatizado a vida, restringindo sua participação político-social à sua atividade de professor.

Ao contrário disso, porém, ele foi — sem alarde — um profissional politicamente ativo, enfrentando as questões que o seu tempo foi colocando à intelectualidade e aos homens dispostos a lutar por ideais de natureza social. Mas ele não é, apenas, o único educador vivo entre aqueles que assinaram o Manifesto dos Pioneiros, em 1932, capaz de nos transmitir a experiência de participação num movimento que atravessou décadas e apresentou muitas contradições e tensões internas. E, também, um raro exemplar de professor primário de sexo masculino — formado numa época e com um *ethos* profissional que foi se transformando até se perder no decorrer das décadas — que não apenas atuou sistematicamente no interior do nosso sistema educacional, mas que se dedicou a pensar sobre ele e não se furtou a dar sua contribuição à administração e reforma da educação em diferentes momentos. Apesar disso — ou talvez devido a uma forma muito peculiar, discreta, de estar presente —, Paschoal Lemme precisou ser “redescoberto” pelas novas gerações. Felizmente, isto ocorreu em vida, propiciando-nos a ocasião para receber dele seu depoimento esclarecedor.

Quando, em 1971, preparava minha tese de mestrado, busquei reconstruir a trajetória da intelectualidade brasileira na área da educação. Não foi uma tarefa fácil, como pode, hoje, parecer. Exceção feita ao trabalho de Primitivo Moacyr, inexistiam pesquisas de caráter historiográfico capazes de indicar onde, quem e que obras procurar, trabalhos que possibilitassem, facilmente, identificar os autores, seus livros e atuação como militantes na área educacional. Foi necessário fazer um trabalho de mapeamento do campo, num esforço que trouxe recompensas. Entre elas incluo, certamente, o encontro com Paschoal Lemme.

À guisa de explicação, deve ser aqui lembrado que, até o final dos anos 60, o campo educacional era dominado por enorme formalismo, caracterizando-se os estudos por uma forte concentração sobre educadores estrangeiros (freqüentemente de outros séculos) e, em se tratando da educação brasileira, sobre a análise da legislação. A bibliografia utilizada, além dos instrumentos legais, era composta por compêndios traduzidos, jamais se chegando à leitura de textos originais de qualquer autor. Esta realidade deve ser levada em conta para que se possa entender aquilo que hoje se lê — posto que, *a posteriori*, toda crítica é fácil.

O mapeamento através do qual me deparei com os escritos de Paschoal Lemme pode, hoje, parecer trivial. Duas décadas depois, durante as quais ocorreu uma grande aproximação entre a área da educação e as ciências sociais (possibilitando outro tipo de análise) e a questão educacional se converteu em objeto de estudo através de pesquisas cujos resultados se divulgam em livros e cursos, nomes e obras recuperadas tornaram-se auto-evidentes, partes de um campo considerado “óbvio” para todos. Naquele momento, no entanto, em pleno governo Médici, foi com grande surpresa e alegria que encontrei aquele autor cuja orientação de análise me parecia mais correta que a dos outros educadores brasileiros que conhecia. Raramente citado — e a citação, especialmente de autores brasileiros, não era uma prática comum entre nós —, seus livros, também, não eram facilmente encontráveis. Creio que tropecei com eles entre os restos da biblioteca de um de seus companheiros na Seção Cultura da União Trabalhista, em 1935.

Tomando conhecimento de que Paschoal Lemme vivia, obtive seu número de telefone e tentei convencê-lo a dar-me entrevista. O que consegui na época foi uma conversa telefônica em que, ao lado de esclarecimentos, recebi conselhos daquele professor que, certamente, via com mais lucidez que eu os perigos reais e potenciais do momento político que atravessávamos. Sem tê-lo encontrado pessoalmente e ignorando a maior parte da sua trajetória, acredito ter-lhe feito justiça no livro que publiquei, em 1973, ao ressaltar a importância de seu trabalho desde os anos 20. Mas sempre me ficou a pergunta: por que um profissional daquele porte precisou ser “redescoberto”, se diversos outros — como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo ou Lourenço Filho — faziam parte daquele campo “óbvio” na educação nacional?

A resposta estava em parte nos seus livros; mas a sua explicação mais ampla deve ser buscada na interpretação de suas memórias. Paschoal Lemme é, entre nós, precursor de uma corrente de análise da educação que não se confunde com aquela representada por outros nomes destacados do movimento renovador. Entre os profissionais da educação, ele foi o primeiro a assumir uma posição intelectual nitidamente de esquerda e a trabalhar diretamente com as forças políticas correspondentes. O leitor de suas memórias e de seus textos — que neste volume abrangem 4 décadas, de 1945 a 1984 — poderá, sem dificuldade, identificar os traços de uma leitura da realidade influenciada pelo marxismo.

Na mesma época em que Miguel Couto erigia o analfabetismo em causa de uma suposta microcefalia generalizada entre os brasileiros e em que os liberais esperavam grandes transformações sociais em decorrência da reforma e democratização da educação, Paschoal Lemme afirmava que os problemas do País eram de natureza socioeconômica e não escolar e que a transformação social resultava da atividade e da luta políticas e não das reformas educacionais. Por certo que tais afirmações fazem parte do senso comum dos dias que correm. Mas não foi sempre assim. Deixo, por isso, ao leitor a tarefa da leitura comparada dos educadores que, como Paschoal Lemme, começaram a atuar e escrever nas primeiras décadas deste século.

Retornando, porém, às causas do “desaparecimento” do nosso professor, suas introduções aos textos que compõem este livro nos esclarecem a respeito. Fica claro que, muito cedo, ele foi identificado como um intelectual de esquerda e que, nesta condição, defendeu posições próximas às do Partido Comunista Brasileiro e com ele colaborou em diversas ocasiões. Constatamos, por intermédio de suas memórias, que essas relações cordiais nunca se

transformaram em militância, na forma de filiação partidária. Neste sentido, Paschoal Lemme é um precursor da intelectualidade independente — algo que se tornou moda no início dos anos 80, mas que, certamente, constituía uma raridade em décadas pretéritas.

Posições independentes nos meios de esquerda, até muito recentemente, foram mera fachada, fosse para escapar à repressão, fosse para manter o acesso a pessoas, instituições ou situações do interesse da organização. Dificilmente terão os renovadores liberais deixado de considerar Paschoal Lemme como um militante cumprindo ordens superiores; do mesmo modo, dificilmente terão os militantes comunistas depositado ampla confiança naquele professor que insistia em manter sua independência. Acredito que esta difícil condição de intelectual independente num país politicamente truculento e primário como o nosso explica muita coisa na sua trajetória.

Terminada a guerra, convencido de que o PCB defendia muitas posições corretas na defesa dos interesses do povo brasileiro — como o monopólio estatal do petróleo, a reforma agrária, o envio de tropas contra os fascistas durante a II Grande Guerra —, Paschoal Lemme se dispôs a colaborar em diferentes ocasiões e de variadas formas: por exemplo, como se pode verificar neste volume, preparando o estudo sobre o qual deveria se apoiar o programa educacional da Aliança Libertadora Nacional ou relatando as teses de educação da Convenção Popular do Distrito Federal, em 1945.

O reconhecimento e a tentativa de cooptação mais efetiva ficam claros nos dois convites que recebeu, nos anos 50, para participar dos congressos mundiais de educação, em Viena (1953) e em Varsóvia (1957), organizados pela Federação Mundial Sindical — organismo de notórios vínculos com a União Soviética —, e para visitar a URSS e a China. De tais visitas resultam livros e artigos sobre os logros educacionais daqueles países e o autor mantém relações cordiais com os dirigentes sindicais comunistas na área da educação. Ao mesmo tempo, porém, ele continua participando de iniciativas educacionais dos renovadores e se apresenta como educador vinculado, fundamentalmente, à Associação Brasileira de Educação (ABE).

Depois de sua participação naqueles eventos internacionais, o nome de Paschoal Lemme, praticamente, desaparece dos meios educacionais — e este volume o comprova: as datas dos textos saltam do final dos anos 50 para a primeira metade dos anos 80. Este parece ser o melhor atestado de que o nosso professor não era um militante do PCB, devendo ser caracterizado como um simpatizante que colaborou, eventualmente, do ponto de vista intelectual.

O período que se inicia nos últimos anos da década de 50 e se prolonga até 1964 foi de intensa radicalização e de multiplicação de quadros do PCB que — junto com a esquerda católica reunida na Ação Popular a partir de 1961 — congregava quase toda a esquerda brasileira disponível para a militância sistemática e organizada. O crescimento do número de intelectuais diretamente filiados, muitos dos quais passaram a atuar em movimentos denominados de educação popular e com capacitação suficiente para representar o Partido em eventos nacionais e internacionais, deslocou os convites para aqueles diretamente envolvidos com os programas vinculados ao PCB.

Por outro lado, a diferença de posições em relação aos renovadores também não favorecia a difusão de seus trabalhos pelos representantes mais destacados de tal movimento. Finalmente, é preciso não esquecer o eventual efeito que pode ter exercido sobre Paschoal Lemme a denúncia dos crimes de Stálin, na segunda metade dos anos 50, levando-o a uma posição ainda mais

discreta. De tudo isso podemos concluir que o “esquecimento” foi o preço pago pela independência no período de maior efervescência política. E o golpe de 1964 pode ter contribuído para a decisão de não ressurgir, evitando reeditar, eventualmente, episódio análogo ao que o levou ao cárcere por dois anos, em 1935.

Minha simpatia pela figura pública de Paschoal Lemme não advém, apenas, de afinidades intelectuais ou pessoais. Não provém, tampouco, de uma comum ligação com Pedra de Guaratiba, onde passei minha infância e ele iniciou sua carreira de professor. Ela diz muito mais respeito à sua trajetória de vida no plano político, com a qual — apesar de fazer parte de uma geração nascida 40 anos depois da dele — acredito encontrar traços e dilemas comuns. Sua história pessoal confunde-se com a história da formação da intelectualidade independente neste País tristemente marcado, também nos meios intelectuais, por formas “urbanas” de clientelismo e patrimonialismo.

Sua prisão, em 1935, é muito ilustrativa da freqüente utilização de episódios ou iniciativas localizadas nas tramas políticas maiores — como a que confrontava Vargas e Pedro Ernesto —, bem como da falta de cuidado, e mesmo irresponsabilidade, de setores organizados da esquerda para com as pessoas envolvidas, como simpatizantes ou militantes. Na verdade, neste jogo o militante, freqüentemente, se sai melhor, porque conhece as regras e conta com possibilidades que estão fora do cenário no qual se move o simples simpatizante. A experiência de Paschoal Lemme não é apenas sua; ela é a história de muitos de nós em 1935, em 1964 ou no período que sucedeu à edição do AI-5.

Como intelectual de esquerda, Paschoal Lemme precisou confrontar-se com as esperanças, os mitos e as decepções de muitas décadas e de diversas gerações. Tendo vivido em meio às grandes esperanças levantadas pela revolução de outubro, às grandes interrogações colocadas pela revolução chinesa e pela transformação dos países do leste europeu, ocupados pelos soviéticos, em países socialistas cujo regime não resultou de uma revolução social, e, ainda, tendo convivido com a imagem construída, cuidadosamente, pela propaganda de um Stálin moldado como verdadeiro pai, os que atravessaram os meados do século foram forçados a, dolorosamente, reconhecer como verdadeira a denúncia dos crimes stalinistas, cometidos em nome do socialismo e da paz.

Enfrentar os dilemas colocados pelas duas últimas décadas, certamente, não foi mais fácil do ponto de vista daqueles que, coerente e independentemente, pretenderam manter posições favoráveis às conquistas sociais das grandes massas — nem do ponto de vista teórico nem da política concreta e das estratégias de luta ou mesmo de suas finalidades. Teoricamente, ainda custa reconhecer que o marxismo não é capaz de dar conta da “totalidade social” e que, hoje, nenhum intelectual sério pode pretender uma visão global dos fenômenos sociais e políticos. Do ponto de vista prático, o avanço da idéia de democracia implicou colocar em questão as formas de governo e de dominação nas sociedades socialistas, reconhecendo e combatendo formas ditatoriais de governo e de controle burocrático. A perda do paraíso teórico correspondeu, de forma cabal, à perda das ilusões do plano concreto.

As gerações que saíram às ruas contra a guerra do Vietnã certamente não desejavam para o Camboja o massacre imposto à sua população pelo seu primeiro governo comunista. A China dos nossos dias deixa poucas

esperanças de pé, no que concerne à conquista de direitos civis e liberdade política no socialismo existente. Por outro lado, também os inimigos se tornaram mais cinzentos. Muitos dos que se lançaram em passeatas e protestos contra o modernizante Xá do Irã, em nome do socialismo, certamente se penitenciam, hoje, diante dos efeitos políticos e sociais do fundamentalismo islâmico.

Neste início da última década do século, a abertura e crise soviéticas e as radicais mudanças ocorridas no leste europeu geram grande perplexidade nos mais velhos. Duro é reconhecer que a realidade dos países socialistas era muito diferente da que se propagava; que neles as novas classes dirigentes tornaram-se de fato novas classes dominantes e lutaram para não perder suas prerrogativas.

Tendo acompanhado o século XX, Paschoal Lemme vê-se diante dos dilemas que lhe são contemporâneos e que colocam a todos nós interrogações de difícil resposta. Como manter-se intelectual de esquerda frente à brutal repressão dos estudantes chineses, frente à população do leste europeu optando pela economia de mercado, frente à tentativa dos dirigentes poloneses serem transformados de gerentes de fábricas em seus arrendatários? Constatada a manipulação da informação, por décadas a fio, como não desconfiar das bases sobre as quais se assentaram, por tantos anos, nossas convicções sobre a política e os governos? Como conviver com o fim da ilusão e habitar um mundo em que não existe mais um projeto globalizante para crer?

Mas estas são questões concretas de hoje. Numa trajetória secular, o que contou e conta — o que fica como exemplo e como ensinamento maior no trabalho de Paschoal Lemme — é a independência de juízo, a recusa à fanatização e à aceitação das amarras cegas da ideologia convertida ao mesmo tempo em ciência e em organização, a coragem de enfrentar a marginalização e o esquecimento em nome da fidelidade a si mesmo. Nosso professor manteve-se fiel ao que constitui o nódulo central do papel do intelectual: pagou o preço da liberdade de espírito, mantendo vivo o esforço da lucidez e a capacidade de crítica. Ele lega às novas gerações seu exemplo de coragem e independência com discrição e modéstia.

Vanilda Paiva
Rio de Janeiro, maio de 1991